

CONTAS
2020





ÍNDICE

1. BALANÇO
2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZAS
3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
5. NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
6. RELATÓRIO DOS AUDITORES
7. PROPOSTA DA DIREÇÃO PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS OBTIDOS
8. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



1. BALANÇO



CODIPOR – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE IDENTIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO DE PRODUTOS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
BALANCE SHEET AS OF 31ST OF DECEMBER 2020 AND 31ST OF DECEMBER 2019

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

ATIVO ASSETS	NOTAS NOTES	31/12/20	31/12/19
ATIVOS NÃO CORRENTE NON-CURRENT ASSETS			
Ativos fixos tangíveis <i>Tangible assets</i>	4	3.375.801	3.686.828
Propriedades de investimento <i>Investment properties</i>	5	801.221	848.983
Ativos intangíveis <i>Intangible assets</i>	6	496.718	601.209
Outros ativos financeiros <i>Other financial assets</i>	8	928.295	1.852.910
		<u>5.602.035</u>	<u>6.989.930</u>
ATIVOS CORRENTES CURRENT ASSETS			
Créditos a receber <i>Receivables</i>	8	12.596	15.285
Adiantamentos a fornecedores <i>Advances to suppliers</i>	8	1.292	595
Estado e outros entes públicos <i>State and other public entities</i>	12	13.777	13.685
Associados e membros <i>Associated and members</i>	8	574.526	382.833
Outros ativos correntes <i>Other assets</i>	8	250.583	48.136
Diferimentos <i>Deferred costs</i>	9	145.066	278.942
Outros ativos financeiros <i>Other financial assets</i>	8	887.734	-
Caixa e depósitos bancários <i>Cash and bank deposits</i>	3	689.073	764.092
		<u>2.574.648</u>	<u>1.503.568</u>
Total do ativo <i>Total assets</i>		<u>8.176.683</u>	<u>8.493.498</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO FUNDS AND LIABILITIES			
FUNDOS PATRIMONIAIS FUNDS			
Resultados transitados <i>Retained earnings</i>	10	7.375.555	7.928.806
		<u>7.375.555</u>	<u>7.928.806</u>
Resultado líquido do exercício <i>Net result for the year</i>	10	(536.004)	(553.251)
Total de fundos patrimoniais <i>Total funds</i>		<u>6.839.551</u>	<u>7.375.555</u>
PASSIVO NÃO CORRENTE NON-CURRENT LIABILITIES			
Outros passivos não correntes <i>Other liabilities</i>	8	14.000	14.000
		<u>14.000</u>	<u>14.000</u>
PASSIVO CORRENTE CURRENT LIABILITIES			
Fornecedores <i>Suppliers</i>	8	510.892	358.576
Adiantamento de clientes <i>Advances from customers</i>	8	1.735	1.848
Estado e outros entes públicos <i>State and other public entities</i>	12	75.880	58.177
Associados e membros <i>Associated and members</i>	8	36.898	34.808
Financiamentos obtidos <i>Obtained loans</i>		3.877	5.010
Outros passivos correntes <i>Other liabilities</i>	8	655.609	618.332
Diferimentos <i>Deferred gains</i>	11	38.241	27.192
		<u>1.323.132</u>	<u>1.103.943</u>
Total do passivo <i>Total liabilities</i>		<u>1.337.132</u>	<u>1.117.943</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo <i>Total equity and liabilities</i>		<u>8.176.683</u>	<u>8.493.498</u>

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIREÇÃO | MANAGEMENT



2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZAS



CODIPOR – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE IDENTIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO DE PRODUTOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
| INCOME STATEMENT BY NATURE FOR THE PERIODS ENDED ON 31ST OF DECEMBER 2020 AND 31ST OF DECEMBER 2019

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS INCOME AND LOSSES	NOTAS	31/12/20	31/12/19
	NOTES		
Vendas e serviços prestados Sales and services rendered	13	3.890.795	3.750.105
Fornecimentos e serviços externos Supplies and external services	14	(1.472.471)	(1.590.059)
Gastos com o pessoal Personnel expenses	15	(2.119.186)	(1.912.876)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões) Accounts receivable impairments (losses/ reversions)	16	(61.499)	(56.287)
Aumentos/ reduções de justo valor Increase or decrease in fair value	17	(40.252)	(2.316)
Outros rendimentos Other profits	18	196.890	154.591
Outros gastos Other losses	20	(347.852)	(310.557)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos Net income before depreciations, financial activities and taxes		46.425	32.601
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização Losses/ reversals in depreciations and amortizations	19	(613.121)	(616.009)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) Operational net income (before financing activities and taxes)		(566.696)	(583.408)
Juros e rendimentos similares obtidos Interests and similar income obtained	21	49.838	49.947
Juros e gastos similares suportados Interests and similar costs paid	21	(357)	(1.174)
Resultado antes de impostos Net income before taxes		(517.215)	(534.635)
Imposto sobre o rendimento do período Income taxes	7	(18.789)	(18.616)
Resultado líquido do período Net profit (loss)		(536.004)	(553.251)

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIREÇÃO | MANAGEMENT



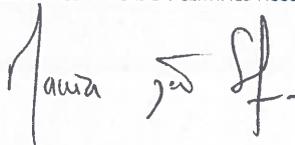
3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - MÉTODO DIRECTO |
 CASH FLOW STATEMENT FOR THE PERIODS ENDED ON DECEMBER 31ST 2020 AND DECEMBER 31ST 2019 - DIRECT METHOD

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

	NOTAS NOTES	31/12/2020	31/12/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS CASH FLOW GENERATED BY OPERATING ACTIVITIES:			
Recebimentos de clientes e utentes <i>Receivements from clients and donors</i>		4.009.800	3.975.634
Pagamentos a fornecedores <i>Payments to suppliers</i>		(1.808.268)	(1.953.682)
Pagamentos ao pessoal <i>Payments to staff</i>		(1.602.242)	(1.437.915)
Caixa gerada pelas operações <i>Cash generated from operations</i>		<u>599.290</u>	<u>584.037</u>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento <i>Payment / receipt of income tax</i>		12.450	12.001
Outros recebimentos / pagamentos <i>Others receivements / payments</i>		(516.267)	(648.388)
Fluxos das atividades operacionais <i>Cash flow generated by operating activities</i> [1]		<u>95.473</u>	<u>(52.350)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO CASH FLOW GENERATED BY INVESTMENT ACTIVITIES:			
Recebimentos provenientes de <i>Receivements related to:</i>			
Activos fixos tangíveis <i>Tangible assets</i>		-	790
Investimentos financeiros <i>Financial investments</i>		100.000	100.000
Juros e rendimentos similares <i>Interests and similar gains obtained</i>		41.168	43.938
		<u>141.168</u>	<u>144.728</u>
Pagamentos respeitantes a <i>Payments related to:</i>			
Ativos fixos tangíveis <i>Tangible assets</i>		(38.674)	(735.644)
Ativos intangíveis <i>Intangible assets</i>		(172.986)	-
Investimentos financeiros <i>Financial investments</i>		(100.000)	-
		<u>(311.660)</u>	<u>(735.644)</u>
Fluxos das atividades de investimento <i>Cash flow generated by investment activities</i> [2]		<u>(170.492)</u>	<u>(590.916)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes <i>Change in cash and cash equivalents</i> [4]=[1]+[2]+[3]		(75.019)	(643.266)
Efeito das diferenças de câmbio <i>Effect of exchange differences</i>		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período <i>Cash and cash equivalents at beginning of period</i>		764.092	1.407.358
Ajust. das Apl. Financ. no saldo inicial de caixa e seus equivalentes <i>Adjust. of Financ. Invest. at beginning of period</i>		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período <i>Cash and cash equivalents at end of period</i>	3	689.073	764.092

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT



DIREÇÃO | MANAGEMENT





4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 |
STATEMENT OF CHANGES IN FUNDS FOR THE PERIOD ENDED IN DECEMBER 31ST 2020

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

Notas Notes	Resultados Transitados Retained Earnings	Resultado Líquido do Exercício Net Income	Total dos Fundos patrimoniais Total Funds
Posição em 1 de Janeiro de 2020 Balance in January 1st 2020	10 7.928.806	(553.251)	7.375.555
Alterações do período Change in the period :			-
Aplicação de resultados de 2019 Income distribution 2019	(553.251)	553.251	-
	7.375.555	-	7.375.555
Resultado líquido do exercício Net income		(536.004)	(536.004)
Resultado extensivo Extensive income		(536.004)	(536.004)
Posição em 31 de Dezembro de 2020 Balance in December 31st 2020	7.375.555	(536.004)	6.839.551

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIREÇÃO | MANAGEMENT



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 |
STATEMENT OF CHANGES IN FUNDS FOR THE PERIOD ENDED IN DECEMBER 31ST 2019

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

Notas Notes	Resultados Transitados Retained Earnings	Resultado Líquido do Exercício Net Income	Total dos Fundos patrimoniais Total Funds	
Posição em 1 de Janeiro de 2019 Balance in January 1st 2019	10	8.412.836	(484.030)	7.928.806
Alterações do período Change in the period:				-
Aplicação de resultados de 2018 Income distribution 2018		(484.030)	484.030	-
		7.928.806	-	7.928.806
Resultado líquido do exercício Net income			(553.251)	(553.251)
Resultado extensivo Extensive income			(553.251)	(553.251)
Posição em 31 de Dezembro de 2019 Balance in December 31st 2019		7.928.806	(553.251)	7.375.555

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIREÇÃO | MANAGEMENT



**5. NOTAS AO BALANÇO E
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A CODIPOR – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos (CODIPOR ou Associação), constituída em 26 de novembro de 1985, é uma Associação sem fins lucrativos, com sede na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício K3, em Lisboa e que tem por objeto a gestão, a nível nacional, do Sistema Internacional GS1 bem como o acompanhamento, investigação, estudo, formação, implementação e desenvolvimento de outros sistemas que conduzam à normalização e simplificação de procedimentos no âmbito da Indústria, Comércio e Serviços.

A CODIPOR, é uma Organização sem fins lucrativos, neutra em relação aos operadores de negócio, orientada e governada para os utilizadores e que serve todas as empresas: de grandes multinacionais a micro, pequenas e médias empresas. A sua missão é ser um parceiro e um facilitador dos negócios. Por isso, implementa standards globais e cria serviços de gestão de dados comerciais para que toda a cadeia de abastecimento fale a mesma linguagem – A Linguagem Global dos Negócios.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 Alterações de políticas contabilísticas

2.1.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o período não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira, relativa ao período anterior, apresentada nos comparativos.

2.1.2 Alterações nas normas e interpretações em efeitos nas demonstrações financeiras

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) que têm aplicação obrigatória para períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016.

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

Da aplicação destas normas e interpretações não ocorreram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Associação.

2.2 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do Sector Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”) e com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites em Portugal (“PCGA”), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Associação, preparadas nos termos legais, para aprovação em Conselho Fiscal e Assembleia Geral.

De acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), é necessário que a Associação e os gestores da mesma, na preparação das suas demonstrações financeiras, efetuem julgamentos e estimativas, utilizando pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas, bem como os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos.

2.2.1 Derrogações de disposições do SNC

De acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do Sector Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”) as propriedades de investimento deverão ser apresentadas na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis. Excepcionalmente, esta disposição foi derogada, atendendo à materialidade do item envolvido e tendo em vista uma melhor apresentação. Assim, as propriedades de investimento são apresentadas no balanço na rubrica com o mesmo nome e a depreciação contabilizada na respetiva subrubrica da Demonstração dos Resultados.

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, numa base duodecimal, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções:	
Edifícios	50
Obras / Construções	16-25
Instalações e equipamentos diversos	4-25
Equipamento administrativo:	
Aparelhagem e máquinas	3-10
Máq.n/especificadas e mobiliário	4-16
Computadores	3-8
Ferramentas e utensílios	4-8
Equipamento básico:	
Aparelhagem, máquinas e instalações	4-20
Mobiliário	8
Outros ativos fixos tangíveis:	
Não especificados	10
Ferramentas	4-8
Outras máquinas	5-10

Os bens de valor unitário inferior a mil Euros, são depreciados na totalidade no período em que são adquiridos.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortização”.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Os ativos fixos tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou não disponíveis e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam controláveis pela Associação e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis, correspondentes a programas de computador e projetos de desenvolvimento, são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Programas de computadores	3-10
Projetos de desenvolvimento	3-6

Independentemente da vida útil dos ativos intangíveis, é efetuada com uma periodicidade anual, ou sempre que sejam identificados indícios de imparidade sobre os ativos, uma avaliação da mensuração atribuída aos ativos.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irá ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se

espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;

- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Os custos de desenvolvimento de um projeto individualizado são reconhecidos como ativos intangíveis quando a Associação pode demonstrar:

- A exequibilidade técnica de completar o ativo intangível de forma a que fique disponível para uso ou venda;
- A sua intenção para completar e que reúne condições para usar ou vender o ativo;
- Como o ativo irá gerar benefícios económicos futuros;
- A disponibilidade de recursos para completar o ativo;
- A capacidade de medir fiavelmente o dispêndio durante o desenvolvimento.

Os ativos intangíveis em curso representam ativos com um grau de acabamento que não permite o início da utilização dos mesmos, encontrando-se registados ao custo de aquisição e não sendo depreciados.

2.5 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios detidos para a obtenção de rendas e não para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos ou para venda no decurso ordinário dos negócios.

A propriedade de investimento é valorizada inicialmente pelo custo de aquisição, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente imputáveis. Após o reconhecimento inicial, as Propriedades de Investimento são valorizadas ao custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

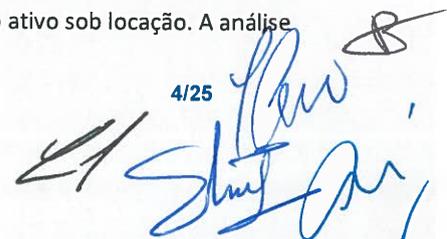
As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções:	
Edifícios	50
Obras / Construções	25
<u>Instalações e equipamentos diversos</u>	<u>8-10</u>

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

2.6 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. A análise



de transferência de riscos e benefícios inerentes à posse do ativo toma em consideração diversos fatores, nomeadamente, se a posse está ou não contratualmente condicionada a assumir a propriedade do bem, o valor de pagamentos mínimos a efetuar ao abrigo do contrato, a natureza do ativo sob locação e a duração do contrato tendo em consideração a possibilidade de renovação nas situações em que tal renovação é considerada provável. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7 Outros Ativos financeiros

Esta rubrica inclui instrumentos financeiros detidos para negociação (obrigações de empresas maioritariamente com cotação divulgada publicamente). Os instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com as variações de justo valor reconhecidas nos resultados do período.

2.8 Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com o critério do custo ou ao justo valor.

(i) custo

São mensurados “ao custo” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

(ii) justo valor

São mensurados “ao justo valor” por via de resultados o reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado (“bid”). Se não existir um mercado ativo, a Associação estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de “cash-flows” descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Créditos a receber e Associados e membros

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes e associados resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade da Associação e outros saldos relacionados com atividades operacionais.

Os saldos de créditos a receber e Associados e membros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os créditos a receber e associados e membros são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

As perdas por imparidade são reconhecidas como gasto na Demonstração de Resultados. O critério para o reconhecimento do ajustamento nos saldos a receber é o de antiguidade de dívida, tendo todos os saldos com antiguidade superior a 2 anos sido ajustados, bem como a totalidade dos saldos de devedores em situação de insolvência ou reestruturação financeira. Adicionalmente, todos os saldos devedores com antiguidade inferior a 2 anos e superior a 1 ano, são ajustados de acordo com o histórico de taxa de sucesso de recuperação da dívida pelo escritório externo de advogados.

b) Adiantamentos a fornecedores

Os saldos de adiantamentos a fornecedores são registados ao custo. Usualmente, o custo destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

d) Outros ativos correntes

Os outros ativos correntes encontram-se valorizados da seguinte forma:

- ✓ Outros devedores - ao custo menos imparidade;
- ✓ Juros a receber – ao custo;
- ✓ Adiantamentos a fornecedores de investimentos – ao custo menos imparidade;
- ✓ Devedores por acréscimos de rendimentos - ao custo;

e) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

f) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de um ano, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo. Usualmente, o custo destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Associação adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo. Usualmente, o custo destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

h) Adiantamentos de clientes e de Associados e Membros

Os Adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo.

i) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo.

j) Outros passivos correntes

Os outros passivos correntes encontram-se valorizados da seguinte forma:

- ✓ Outros credores - ao custo;
- ✓ Fornecedores de investimentos – ao custo;
- ✓ Credores por acréscimos de gastos - ao custo.

2.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Associação;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

2.10 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano, são convertidos à taxa de câmbio de fecho e a diferença é reconhecida em resultados do exercício.

2.11 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

2.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Análises de imparidade da propriedade de investimento;
- d) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- e) Imparidade de ativos financeiros.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

2.13 Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

A Direção da Associação, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

2.14 Especialização de períodos

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos, na rubrica de "Outros ativos correntes" ou passivos, na rubrica de "Outros passivos correntes".

2.15 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a um ano), líquidos de descobertos. A rubrica de caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019 detalha-se conforme se segue:

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	2.006	2.006
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	587.056	662.075
Depósitos a prazo	100.011	100.011
	<u>689.073</u>	<u>764.092</u>

A rubrica de depósitos a prazo era composta a 31 de dezembro de 2020 e 2019 por várias aplicações de curto prazo (ativos correntes), nas seguintes Instituições Financeiras:

	2020	2019
Banco BIC	100.000	100.000
Banco Santander Totta	11	11
	<u>100.011</u>	<u>100.011</u>

4 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2020						Total
	Terreno	Ed. e outras	Equipam.	Equipam.	Outros ativos	Ativos Fixos	
	Rec.Naturais	Construções	Básico	Admini.	fixos Tangíveis	Tang. em curso	
Ativos:							
Saldo inicial	-	3.580.053	628.655	480.594	139.667	-	4.828.969
Aquisições	-	-	4.971	4.470	-	5.279	14.720
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	5.279	-	-	(5.279)	-
Saldo final	-	3.580.053	638.905	485.064	139.667	-	4.843.689
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:							
Saldo inicial	-	452.228	269.875	348.877	71.162	-	1.142.141
Amortizações do exercício	-	188.377	87.728	39.153	10.490	-	325.747
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	640.605	357.603	388.031	81.651	-	1.467.888
Ativos líquidos	-	2.939.448	281.302	97.033	58.016	-	3.375.801

	2019						Total
	Terrenos	Ed. e outras	Equipam.	Outros AF	Outros ativos	Ativos Fixos	
	Rec.Naturais	Construções	Admini.	Tangíveis	fixos Tangíveis	Tang em curso	
Ativos:							
Saldo inicial	-	2.837.496	583.304	433.516	120.318	16.776	3.991.408
Aquisições	-	39.739	45.352	48.071	-	709.077	842.238
Alienações	-	-	-	-	(1.010)	-	(1.010)
Outras variações	-	-	-	(993)	(2.674)	-	(3.667)
Transferências	-	702.819	-	-	23.034	(725.853)	-
Saldo final	-	3.580.053	628.655	480.594	139.667	-	4.828.969
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:							
Saldo inicial	-	290.955	182.396	299.461	61.213	-	834.025
Amortizações do exercício	-	161.273	87.479	50.297	10.445	-	309.495
Alienações	-	-	-	-	(118)	-	(118)
Outras variações	-	-	-	(882)	(379)	-	(1.261)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	452.228	269.875	348.877	71.162	-	1.142.140
Ativos líquidos	-	3.127.825	358.780	131.717	68.506	-	3.686.828

As aquisições de ativos fixos tangíveis efetuadas durante o exercício de 2020, respeitam maioritariamente a equipamento informático e equipamentos de Suporte aos serviços Validata.

5 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os movimentos ocorridos na quantia escriturada das Propriedades de investimento, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2020		
	Terreno	Ed. e outras	Total
	Rec.Naturais	Construções	
Ativos:			
Saldo inicial	207.001	1.257.948	1.464.949
Aquisições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo final	207.001	1.257.948	1.464.949
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:			
Saldo inicial	-	615.966	615.966
Amortizações do exercício	-	47.762	47.762
Alienações	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo final	-	663.728	663.728
Ativos líquidos	207.001	594.220	801.221
	2019		
	Terreno	Ed. e outras	Total
	Rec.Naturais	Construções	
Ativos:			
Saldo inicial	207.001	1.269.640	1.476.641
Aquisições	-	-	-
Alienações	-	(11.692)	(11.692)
Outras variações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo final	207.001	1.257.948	1.464.949
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:			
Saldo inicial	-	572.715	572.715
Amortizações do exercício	-	48.123	48.123
Alienações	-	(4.872)	(4.872)
Outras variações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo final	-	615.966	615.966
Ativos líquidos	207.001	641.982	848.984



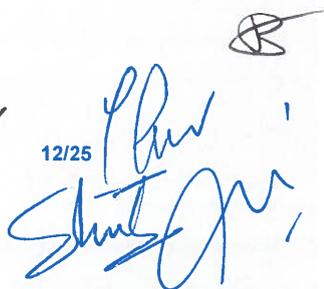

As quantias reconhecidas nos resultados relativas a rendas de Propriedades de investimento, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram as seguintes:

	2020
	Rendimentos de rendas
Propriedade arrendada	86.356

	2019
	Rendimentos de rendas
Propriedade arrendada	85.918

Em dezembro de 2020, a Associação consultou uma entidade externa, com o fim de obter uma avaliação do imóvel (frações de serviços localizadas no piso intermédio na Rua Professor Fernando da Fonseca n.ºs 16 A, 16 e 18, e Rua Alfredo Trindade n.ºs 2, 4 e 4A, Lumiar), resultando num valor de mercado de 1.215.000 Euros, pelo que, nesse exercício, não existiu qualquer imparidade a reconhecer.

A avaliação foi realizada tendo como base no Valor de Mercado, definido pelas Normas Profissionais do RICS – julho de 2017 da seguinte forma: “Estimativa do montante mais provável pelo qual, à data da avaliação, um ativo ou um passivo, após um período adequado de comercialização, poderá ser transacionado entre um vendedor e um comprador decididos, em que ambas as partes atuaram de forma esclarecida e prudente, e sem coação.” A metodologia utilizada na avaliação foi o Método do Rendimento e o Método Comparativo.

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 2020 e em 2019 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2020		
	Programas de comput.	Investimentos	Total
	Proj. de Desenvolv.	em curso	
Ativos:			
Saldo inicial	1.899.953	61.876	1.961.829
Aquisições	-	135.120	135.120
Transferências	140.729	(140.729)	-
Outras variações	-	-	-
Saldo final	2.040.681	56.268	2.096.949
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:			
Saldo inicial	1.360.620	-	1.360.620
Amortizações do exercício	239.611	-	239.611
Outras variações	-	-	-
Saldo final	1.600.231	-	1.600.231
Ativos líquidos	440.451	56.268	496.718
	2019		
	Programas de comput.	Investimentos	Total
	Proj. de Desenvolv.	em curso	
Ativos:			
Saldo inicial	1.785.581	119.874	1.905.456
Aquisições	-	56.374	56.374
Transferências	114.371	(114.371)	-
Outras variações	-	-	-
Saldo final	1.899.953	61.876	1.961.829
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:			
Saldo inicial	1.102.228	-	1.102.228
Amortizações do exercício	258.392	-	258.392
Outras variações	-	-	-
Saldo final	1.360.620	-	1.360.620
Ativos líquidos	539.334	61.876	601.209

As aquisições de ativos intangíveis ocorridas no exercício de 2020, respeitam sobretudo à atualização dos conteúdos do Centro de Inovação e Competitivade (CIC) no Edifício K3, conclusão do projeto de Certificação GDSN e o projeto de desenvolvimento do *Dashboard* de indicadores financeiros em *QlikSense*.

7 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A CODIPOR como Associação sem fins lucrativos está isenta de imposto sobre o rendimento referente à atividade não comercial, industrial ou agrícola.

Para efeito de apuramento do Imposto sobre o Rendimento, os rendimentos das atividades da CODIPOR repartem-se como se segue em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Rendimento sujeitos	255.218	350.991
Rendimentos isentos	2.378.402	2.256.865
	2.633.620	2.607.856
Cálculo do imposto sobre o rendimento:		
Rendimento (base imposto)	255.218	350.991
Imposto Apurado (21,0%)	53.596	73.708
Imputação de gastos comuns	(255.218)	(350.991)
Resultado Fiscal	-	-
Tributação Autónoma	18.789	18.616
Total imposto apurado	18.789	18.616

Após os ajustamentos fiscais aos rendimentos sujeitos, a Associação utilizou os gastos comuns às atividades exercidas até a concorrência do resultado fiscal obtido. Desta forma, o resultado fiscal é nulo, tendo assim apurado a pagar, apenas o valor das tributações autónomas.

8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro 2020 e em 2019 são detalhadas conforme se segue:

	2020			2019		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Ativos financeiros:						
- ATIVOS NÃO CORRENTES:						
- Outros ativos financeiros não correntes:	928.295	-	928.295	1.852.910	-	1.852.910
Fundo de compensação	17.778	-	17.778	14.407	-	14.407
Ativos financeiros – Títulos obrigacionistas	910.517	-	910.517	1.838.503	-	1.838.503
- ATIVOS CORRENTES:						
- Créditos a receber	88.382	(75.786)	12.596	87.690	(72.405)	15.285
- Adiantamento a fornecedores	1.292	-	1.292	595	-	595
- Associados e membros	2.016.964	(1.442.438)	574.526	1.767.152	(1.384.319)	382.833
- Outros ativos financeiros correntes:	887.734	-	887.734	-	-	-
Ativos financeiros – Títulos obrigacionistas	887.734	-	887.734	-	-	-
- Outros ativos correntes:	386.246	(135.663)	250.583	183.799	(135.663)	48.136
Outros devedores	312.539	(135.663)	176.877	137.871	(135.663)	2.209
Juros a receber	38.973	-	38.973	38.867	-	38.867
Acréscimos de rendimentos	34.733	-	34.733	7.060	-	7.060
	4.308.913	(1.653.886)	2.655.026	3.892.146	(1.592.387)	2.299.759
Passivos financeiros:						
- PASSIVO NÃO CORRENTE:						
- Outros passivos financeiros não correntes:	14.000	-	14.000	14.000	-	14.000
Cauções	14.000	-	14.000	14.000	-	14.000
- PASSIVO CORRENTE:						
- Fornecedores	510.892	-	510.892	358.576	-	510.892
- Adiantamento de clientes	1.735	-	1.735	1.848	-	1.735
- Adiantamento de associados e membros	36.898	-	36.898	34.808	-	36.898
- Outros passivos correntes:	655.609	-	655.609	618.332	-	618.332
Acréscimos de gastos	632.998	-	632.998	524.638	-	524.638
Fornecedores de investimento	22.205	-	22.205	93.676	-	93.676
Outros credores	406	-	406	18	-	18
	1.219.133	-	1.219.133	1.027.565	-	1.027.565

Na rubrica de ativos financeiros não correntes e correntes – títulos obrigacionistas estão registados títulos obrigacionistas de longo prazo, cuja maturidade é conforme segue:

	2020	2019	Maturidade
Outros Ativos Financeiros não correntes			
Obrigações Tesouro	173.970	678.546	outubro 2025
Obrigações Galp	-	413.084	janeiro 2021
Obrigações EDP	514.895	527.490	janeiro 2022
Obrigações Brisa	108.779	107.212	março 2025
Obrigações Ren	112.873	112.171	fevereiro 2025
	910.517	1.838.503	
Outros Ativos Financeiros correntes			
Obrigações Galp	400.324	-	janeiro 2021
Obrigações Tesouro	487.410	-	abril 2021
	887.734	-	

Relativamente aos títulos obrigacionistas de longo prazo, apesar dos mesmos apresentarem uma maturidade superior a um ano, caso a Direção assim o entenda, estes podem ser desmobilizados no curto prazo. Contudo, não existe intenção da Direção de alienar tais títulos, no todo ou em parte, no curto prazo, sendo estes então considerados como ativos financeiros não correntes.

A taxa de juro média obtida com os títulos obrigacionistas, com cupão fixo anual, é de 2,62% em 2020 (2,62% em 2019).

A rubrica de créditos a receber inclui o saldo de clientes que regista os saldos a receber por serviços prestados a empresas não associadas.

Na rubrica de associados e membros são registados os saldos a receber por quotizações de associados e outras prestações de serviços efetuadas aos mesmos.

A rubrica de outros ativos correntes inclui um acréscimo de rendimentos relativo a juros de aplicações financeiras de 38.973 Euros em 2020 (38.867 Euros em 2019), cujo cupão apenas será pago pelas Instituições Financeiras em 2021. Esta rubrica inclui ainda um valor a recuperar de entidades externas relativo a adiantamentos efetuados ao abrigo dos contratos celebrados que não irão ser concretizados devido á pandemia mundial e conseguinte não realização da Assembleia Geral da GS1 Internacional que iria ter lugar em Lisboa em maio de 2020.

Na rubrica de outros passivos correntes estão registados os acréscimos de gastos referentes ao período, relativos a serviços recebidos e não faturados e bónus de desempenho dos colaboradores.

9 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2020	2019
Seguros	10.856	5.103
Licenças	-	38.765
Consultoria	1.323	1.274
Gastos a reconhecer	132.887	233.800
	<u>145.066</u>	<u>278.942</u>

A rubrica de diferimentos ativos respeita essencialmente a gastos a reconhecer em períodos seguintes. No final de 2020, encontravam-se por reconhecer gastos relativos a 2021 com quotizações pagas ao grupo GS1 (*Membership Fee*). Relativamente á rubrica de licenças, ocorre uma redução face a 2019, dado que o contrato plurianual de licenciamento da plataforma AZURE (Microsoft) terminou em meados de 2020, sendo esta utilização faturada atualmente num regime trimestral.

10 FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica fundos patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

	2020	2019
Resultados transitados	7.375.555	7.928.806
Resultados líquido	(536.004)	(553.251)
	<u>6.839.551</u>	<u>7.375.555</u>

11 DIFERIMENTOS PASSIVOS

A rubrica de diferimentos passivos em 31 de dezembro 2020 e em 2019 são detalhadas conforme se segue:

	2020	2019
Prestações de serviços	31.045	4.996
Patrocínios	-	15.000
Renda Campo Grande	7.196	7.196
	38.241	27.192

A rubrica de diferimentos passivos respeita essencialmente a rendimentos a reconhecer em períodos seguintes. No final de 2020, encontravam-se por reconhecer rendimentos relativos a 2021 relacionados com projetos no âmbito dos Serviços Validata que iniciaram no presente ano e foram faturados de acordo com o contrato estabelecido.

12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	11.365	-	12.450	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	119	23.531	119	21.580
Imposto sobre o valor acrescentado	2.293	19.395	955	5.059
Contribuições para a segurança social	-	32.350	161	30.993
Outros impostos	-	604	-	545
	13.777	75.880	13.685	58.177

13 RÉDITO

O "rédito" reconhecido pela Associação em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é detalhado conforme se segue:

	2020	2019	Var. (€)	Var. (%)
Quotas	2.605.615	2.498.047	107.568	4,3%
Jóias	104.385	88.950	15.435	17,4%
Cursos de Formação	17.791	18.265	(474)	-2,6%
Taxa Atribuição Códigos	433.085	405.261	27.824	6,9%
Renovação/Atribuição códigos LEI	18.580	11.326	7.254	64,0%
Outros Serviços	177.556	162.800	14.756	9,1%
Serviços de Consultoria	56.228	42.959	13.269	30,9%
SyncPT	358.028	345.805	12.223	3,5%
Lean & Green	6.317	-	6.317	-
Serviços Validata	71.319	72.929	(1.611)	-2,2%
Patrocínios	31.500	76.405	(44.905)	-58,8%
Eventos / Seminários	81	19.612	(19.532)	-99,6%
Aluguer Espaço	10.310	7.746	2.565	33,1%
	3.890.795	3.750.105	140.690	3,8%

O aumento verificado nos rendimentos da Associação em 2020, de cerca de 3,8%, deveu-se sobretudo, ao aumento do rendimento derivado das quotizações e jóias, pelas 696 adesões brutas faturadas e também pela alteração para um escalão superior de alguns associados, que teve igualmente impacto bastante positivo no rendimento derivado da taxa de atribuição de códigos em cerca de 6,9%.

Igualmente relevante, foi o aumento de 9,1% registado nas receitas Outros Serviços relacionados com os Estudos dos Níveis de Serviço, derivado de uma maior número de empresas a participar nestes estudos.

Também em 2020, tiveram um aumento as receitas com a atribuição e renovação dos códigos LEI (*Legal Entity Identifier*) de 64%, serviço que teve início em julho de 2019, data desde a qual a Codipor detém a certificação de Agente Registrado.

O aumento registado nos serviços de consultoria de 30,9%, resulta de um projeto em parceria com a Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), com vista ao combate à economia informal, a fraude e a evasão fiscal, no âmbito do combate à contrafação e contrabando de tabaco, em que a emissão dos códigos identificadores desses produtos, é garantida por uma plataforma criada pela Associação que permite o registo, validação e atribuição de todos os códigos. O aumento ocorrido resulta ainda de projetos de consultoria no Grupo Trivalor e A.M.F. Transitários.

Nas subscrições do serviço Sync PT, também ocorreu um aumento de 3,5%, derivado sobretudo das adesões no ano ao serviço, e da alteração para um escalão superior de alguns associados.

De salientar ainda que, desde o início de 2020 a Associação presta ainda serviços relacionados com a iniciativa Lean & Green nos temas relacionados com a sustentabilidade.

A evolução negativa de -67,1% na receita dos patrocínios e Eventos / Seminários, relaciona-se essencialmente pela não realização do Congresso da GS1 Portugal devido à pandemia mundial do COVID-19.

14 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
Serviços especializados	1.046.171	1.075.865
Materiais	36.300	39.756
Energia e fluidos	36.305	46.694
Deslocações estadas e transporte	54.733	112.525
Serviços Diversos	298.962	315.219
	<u>1.472.471</u>	<u>1.590.059</u>



Dentro da rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, os Serviços especializados são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Serviços especializados		
- Estudos de mercado	12.706	18.350
- Congressos / Seminários	-	2.285
- Pessoal temporário	43.906	72.877
- Projectos nacionais	14.389	-
- Serviços de consultoria	326.011	233.556
- Medicina no trabalho	-	83
- Comissões	1.166	1.174
- Serviços de relações públicas	34.830	27.458
- Serviços de advocacia	99.595	111.282
- Serviços informáticos	212.804	224.670
- Publicidade e propaganda	32.433	37.997
- Honorários	46.591	62.748
- Conservação e Manutenção	30.941	38.015
- Serv. contabilidade/revisão de contas	20.104	19.860
- Serv. Bancários	11.515	12.090
- Licença utilização software	115.208	156.753
- Serv.coffee break/catering	584	20.916
- Base dados	38.969	16.656
- Vigilância e segurança	348	222
- Inscrições em eventos	156	5.557
- Serviços limpeza	-	6.475
- Serviços de transporte	3.013	5.126
- Outros	902	1.715
	<u>1.046.171</u>	<u>1.075.865</u>

Esta rubrica reduziu em 2020 cerca de 2,8% face ao exercício anterior. Esta variação verificou-se me praticamente todas as suas subrubricas, nomeadamente:

- Licença utilização software (-41.545 Euros) – pela optimização nas infra estruturas que suportam os sistemas/plataformas utilizados pela Associação;
- Pessoal temporário (-28.971 Euros) – devido à internalização de alguns recursos em 2020;
- Serviços de coffe break/catering (-20.332 Euros) – não realização do Congresso da GS1 Portugal devido á pandemia mundial do COVID-19.
- Honorários (-16.157 Euros) – menos interposição de ações judiciais, pelo que os gastos com os agentes de execução são inferiores;
- Serviços Informáticos (-11.866 Euros) – não renovação de contrato com parceiro tecnológico, dado que foi feito um investimento de certificação da plataforma de GDSN;
- Serviços de advocacia (-11.687 Euros) – redução de serviços de *outsourcing* de cobranças, derivado ao envio mais tardio das carteiras de valores a receber;

E dos principais aumentos:

- Serviços de Consultoria (92.455 Euros) – realização em 2020 de um estudo de *benchmarking salarial*, projetos informáticos relacionados com a estratégia de AZURE e CRM e ainda um projeto piloto com entidades terceiras no âmbito da rastreabilidade (Blockchain, vide também nota 18.);
- Base dados – realização em 2020 de um projeto relacionado com a atualização e manutenção da base de dados das entidades a quem a Associação presta serviços;
- Outros projetos (14.389 Euros) – devido à celebração em 2020 de um acordo de parceria no Comité Estratégico do Programa Indústria 4.0, em parceria com a COTEC;




Dentro da rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, os Materiais são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Materiais		
- Material de escritório	4.033	3.271
- Artigos para oferta	11.177	15.494
- Ferramentas e uten.de desg. rápido	21.090	20.991
	<u>36.300</u>	<u>39.756</u>

Dentro da rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, as Energias e Fluidos são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Energia e fluidos		
- Combustíveis	20.392	25.969
- Electricidade	15.913	20.725
	<u>36.305</u>	<u>46.694</u>

A redução de gastos com combustíveis está relacionada com a pandemia mundial COVID-19, nomeadamente com obrigatoriedade do teletrabalho sempre que possível imposta pelo Estado Português. No que respeita á electricidade, a redução de custos também se encontra relacionada com o teletrabalho, bem como a poupança relacionada com a utilização dos painéis fotovoltaicos (desde setembro de 2019).

Dentro da rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, as Deslocações e estadas são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Deslocações estadas e transporte		
- Deslocações e estadas	36.755	79.388
- Portagens	6.007	9.390
- Outras Deslocações	11.679	19.414
- Quilómetros	292	4.333
	<u>54.733</u>	<u>112.525</u>

A redução de gastos nesta subrubrica encontram-se relacionada com a pandemia mundial COVID-19, nomeadamente com obrigatoriedade do teletrabalho sempre que possível imposta pelo Estado Português.

Dentro da rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, os Serviços Diversos são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Serviços Diversos		
- Alugueres	129.781	143.864
- Renting	59.532	58.135
- Comunicação	40.033	46.799
- Seguros	14.504	13.978
- Serviços de limpeza	52.620	39.375
- Contencioso	2.492	11.917
- Outros	-	1.151
	<u>298.962</u>	<u>315.219</u>

A rubrica de serviços diversos decresceu face a 2019, devido essencialmente aos gastos com alugueres, pois com a não realização do Congresso da GS1 Portugal, não existiu a necessidade de aluguer equipamentos de áudio-visuais e mobiliários. Ocorreu ainda uma redução relevante na rubrica de contencioso, devido ao menor número de ações judiciais pela Associação.

Por outro lado, o custo com serviços de limpeza aumentou derivado aos consumos do Edifício K5, renovado no final de 2019.

15 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
Remunerações	1.727.051	1.559.220
Encargos sobre remunerações	304.575	272.570
Indemnizações	839	80
Seguros de acidentes no trabalho	7.738	6.900
Gastos de ação social	8.852	12.397
Outros gastos	15.581	20.373
Saúde no trabalho	1.885	1.188
Segurança no trabalho	522	784
Seguro Saúde	34.049	28.243
Formação	18.094	11.121
	<u>2.119.186</u>	<u>1.912.876</u>

O número de colaboradores em 31 de dezembro de 2020 era 50 e em 31 de dezembro de 2019 era de 46.

16 IMPARIDADE DE ATIVOS

As imparidades de dívidas a receber nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é conforme se segue:

	2020				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Outras variações	Saldo Final
Dividas clientes	72.405	3.380	-	-	75.785
Dividas de associados	1.384.319	58.119	-	-	1.442.438
Outras dividas	135.663	-	-	-	135.663
	<u>1.592.387</u>	<u>61.499</u>	-	-	<u>1.653.886</u>

	2019				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Outras variações	Saldo Final
Dividas clientes	70.765	1.640	-	-	72.405
Dividas de associados	1.330.172	54.647	-	(500)	1.384.319
Outras dividas	135.663	-	-	-	135.663
	<u>1.536.600</u>	<u>56.287</u>	-	<u>(500)</u>	<u>1.592.387</u>

No período de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes montantes de imparidades:

	2020			2019		
	Gastos	Rendimentos	Total	Gastos	Rendimentos	Total
Perdas por imparidade						
Sócios/associados/clientes	61.499	-	61.499	56.287	-	56.287
Outros credores	-	-	-	-	-	-
	<u>61.499</u>	<u>-</u>	<u>61.499</u>	<u>56.287</u>	<u>-</u>	<u>56.287</u>

A imparidade afeta a Outras dívidas respeita a 100% do valor em dívida por uma ex-colaboradora.

A imparidade de ativos encontra-se apresentada no balanço a deduzir às respetivas rubricas a que respeita.

17 AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A decomposição da rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor" no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é conforme se segue:

	2020	2019
Ganhos por aumento de justo valor	-	-
Reduções por aumento de justo valor	(40.252)	(2.316)
	<u>(40.252)</u>	<u>(2.316)</u>

No exercício de 2020, o resultado global da variação do valor de mercado das aplicações financeiras da Associação foi negativo, tendo gerado na globalidade uma perda por redução de justo valor de 40.252 Euros, pela convergência para o valor nominal das obrigações na aproximação da sua maturidade, enquadrado na política de investimentos financeiros da Associação, com um perfil de risco conservador.

18 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é conforme se segue:

	2020	2019
Rend. ganhos suplementares	194.573	119.011
Correções de períodos anteriores	2.183	32.869
Diferenças de câmbio favoráveis	134	320
Outros rendimentos e ganhos	-	1.961
Outros não especificados	-	430
	<u>196.890</u>	<u>154.591</u>

A rubrica de rendimentos e ganhos suplementares inclui as rendas recebidas do Campo Grande no valor de 86.356 Euros em 2020 e 85.918 Euros em 2019. Ainda nesta rubrica encontra-se registado o rendimento associado ao projeto piloto com entidades terceiras no âmbito da rastreabilidade que originou igualmente o aumento de gastos mencionado na nota 14.

19 AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é conforme se segue:

	2020	2019
Propriedades de investimento	47.763	48.123
Activos fixos tangíveis	325.747	309.495
Activos fixos intangíveis	<u>239.611</u>	<u>258.392</u>
	<u>613.121</u>	<u>616.009</u>

20 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é conforme se segue:

	2020	2019
Imposto sobre o valor acrescentado	1.172	2.107
Taxas	586	1.146
Descontos de pronto pagamento	11.288	9.869
Correcções relativas a exercícios ant.	3.396	3.488
Diferenças de câmbio desfavoráveis	245	191
Quotizações	267.757	261.045
Donativos	23.221	22.996
Multas e Penalidades	37.820	58
Insuficiência da estimativa para impostos	-	338
Despesas não documentadas	-	59
Outros	162	677
Sinistros	2.205	1.512
Alienações	-	7.071
	347.852	310.557

Na rubrica de outros gastos verificou-se um aumento face a 2019, devido essencialmente ao aumento de gastos na rubrica de Multas e Penalidades, originada pela penalidade contratual prevista pela não realização de um evento da GS1 Internacional anteriormente previsto para 2020.

21 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 2020 e 2019 são detalhados conforme se segue:

	2020	2019
Depósitos Obrigações em instituições de crédito		
- Juros obtidos	49.838	49.947
	49.838	49.947

Os juros e outros gastos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 2020 e 2019 são detalhados conforme se segue:

	2020	2019
Juros suportados	357	1.174
	357	1.174

22 LOCAÇÕES

Locações Operacionais

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 foi reconhecido como gasto do período o montante de 59.532 Euros (58.034 Euros em 2019), relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a veículos automóveis locados pela Associação. Estes contratos não têm prazos de renovação, nem opção de compra e não podem ser sujeitos a sublocação pelos locatários. Em 31 de dezembro de 2020 a Associação detinha como locatário, contratos de locação operacional de viaturas, cujos pagamentos mínimos de locação venhem como se segue:

Ano 2021	15.784 Euros
Ano 2022	4.981 Euros

23 PARTES RELACIONADAS

A 31 de dezembro de 2020, a Associação não apresenta saldos ou transações com partes relacionadas.

24 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários em 31 de dezembro de 2020 do Revisor Oficial de Contas relacionados com serviços de Auditoria Externa ascenderam a 10.658 Euros.

25 GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2020, a Associação tinha assumido responsabilidades pela apresentação das seguintes garantias bancárias:

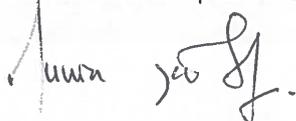
Ano	Entidade	Tipo de Garantia	Montante
2014	Petrogal, S.A.	Caução	5.000

26 ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

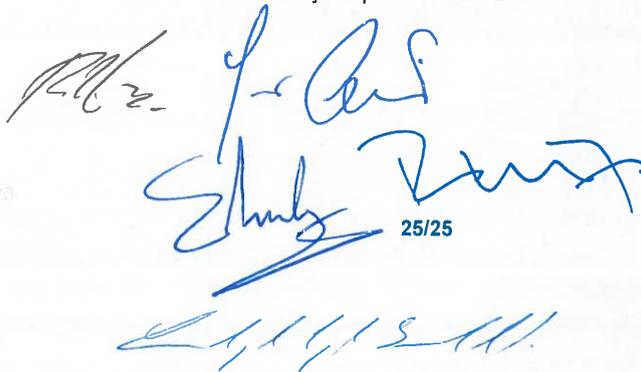
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo não ocorreram eventos subsequentes, que alterem as Demonstrações Financeiras da Associação.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2021

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT



DIREÇÃO | MANAGEMENT





6. RELATÓRIO DOS AUDITORES



Building a better
working world

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CODIPOR - Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 8.176.683 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.839.551 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 536.004 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CODIPOR - Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente

esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Lisboa, 03 de março de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luís Silva - ROC n.º 1334
Registado na CMVM com o n.º 20160944



**7. PROPOSTA DA DIREÇÃO PARA
APLICAÇÃO DE RESULTADOS OBTIDOS**

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS – CONTAS 2020

Exmos. Senhores Associados,

A Direção propõe que o resultado líquido negativo apresentado, € 536.004 (Quinhentos e trinta e seis mil e quatro Euros), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, transite para a rubrica de "Resultados Transitados".

Lisboa, 22 de fevereiro de 2021

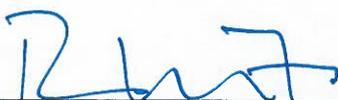
A DIREÇÃO



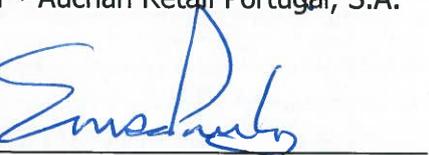
Presidente – Johnson & Johnson, Lda.



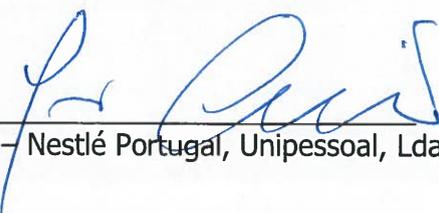
Vice-Presidente – Modelo Continente Hipermercados, S.A.



Vogal – Auchan Retail Portugal, S.A.



Vogal – Sogrape Distribuição, S.A.



Vogal – Nestlé Portugal, Unipessoal, Lda.



**8. RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Codipor – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos (doravante designada por Associação) e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora efetuada e dar o Parecer sobre as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados que a Direção da Codipor – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos, apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Reunimos por diversas vezes com o Auditor Externo, acompanhando o desempenho da sua função.

Acompanhámos o processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como a auditoria anual.

Apreciamos o Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2020, com o qual concordamos.

No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento:

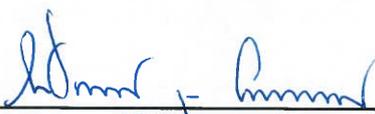
a) as demonstrações financeiras e o correspondente anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Associação;

b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conformes com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Associação;

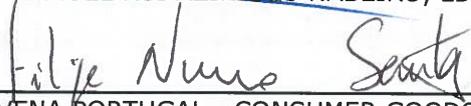
Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Direção e serviços da Associação, bem como as conclusões constantes do Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras, exprimimos a nossa concordância com as Demonstrações Financeiras e com a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2020 (transferência do resultado líquido negativo de € 536.004 - Quinhentos e trinta e seis mil e quatro Euros - para a rubrica de Resultados Transitados), pelo que somos do parecer que deverão os mesmos ser aprovados em Assembleia Geral.

Lisboa, 03 de março de 2021

O CONSELHO FISCAL


UNILEVER FIMA, LDA.


MANUEL RUI AZINHALIS NABEIRO, LDA.


SOVENA PORTUGAL - CONSUMER GOODS, S.A.



gs1pt.org

GS1 Portugal

Estrada do Paço do Lumiar,

Campus do Lumiar, Edifício K3

1649-038 Lisboa

+351 217 520 751

+351 217 520 740

info@gs1pt.org

